

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estoque de contencioso tributário ultrapassa R\$ 5,6 tri 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf livra contribuintes de pagar contribuição previdenciária sobre planos de stock options
..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Investigações miram as "multinacionais do crime" 7

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad deixa Fazenda na semana que vem e será candidato em SP 8

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro defende autonomia da PF 9

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Receita anuncia regras do imposto de renda 2026 no dia próximo 16 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara e governo discutem regras para trabalho por aplicativos 11

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS termina em dez dias o prazo para contestar desconto indevido em benefício de
aposentados
..... 12

PORTAL UOL - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Flávio Bolsonaro vai baixar o valor da aposentadoria e do salário mínimo? 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Prefeituras aumentam contratações e acendem alerta para cenário fiscal 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Fachin discute penduricalhos com presidentes de tribunais 16

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guerra e disparada do petróleo desafiam previsões para a economia brasileira 17

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Juros altos travam investimentos no Brasil, dizem CEOs 19

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petróleo puxa alta de etanol e açúcar, mas incertezas dominam a indústria 21

Terça-Feira, 10 de Março de 2026

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Segurança pública pressiona agenda política..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Agro tem 1.990 pedidos de recuperação judicial em 2025, nível recorde..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Inadimplência recorde indica quadro desafiador..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercados apostam que BCs vão elevar juros em resposta a alta do petróleo..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Ajuste deve se concentrar no controle de gastos..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Ceron defende agenda contra gastos obrigatórios para estabilizar dívida..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Envelhecimento da população requer planejamento intersetorial..... 34

Estoque de contencioso tributário ultrapassa R\$ 5,6 tri

Michele Loureiro Para o Valor, de São Paulo

A insegurança jurídica deixou de ser uma percepção abstrata e passou a figurar como variável econômica no Brasil. O estoque de contencioso tributário ultrapassa R\$ 5,6 trilhões, cerca de 75% do **PIB**, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Observatório do Contencioso Tributário. Em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o contencioso tributário representa, em média, 0,28% do **PIB**.

"Esse montante revela uma distorção macroeconômica relevante. A insegurança jurídica tributária atua como uma barreira concreta à alocação de capital", afirma Gisele Bossa, sócia tributária do Demarest e ex-conselheira do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

O problema é estrutural e crescente. Mais de 4 milhões de novos processos tributários são iniciados no país a cada ano, segundo o sócio da área tributária do Demarest, Marcelo Annunziata. Grande parte envolve execuções fiscais ajuizadas pelos próprios entes públicos para cobrança de dívida ativa. "O maior causador de litígios e o maior litigante é o mesmo e trata-se do Poder Público", afirma. O tempo médio para uma decisão definitiva pode chegar a 12 anos, de acordo com estudos da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O reflexo aparece nas métricas financeiras. Estudo do Insper indica que o risco de litígio tributário eleva o custo de capital próprio das empresas brasileiras em até 250 pontos-base. Projetos intensivos em investimento perdem viabilidade, sobretudo nos setores de infraestrutura e indústria, enquanto recursos são imobilizados em provisões e garantias. "Muitos contribuintes são levados a uma lógica de litigância defensiva", observa Bossa.

O fenômeno não se restringe à esfera tributária. Em setores regulados, a litigiosidade assume contornos ainda mais visíveis. No transporte aéreo, por exemplo, o Brasil concentra 95% das ações judiciais contra companhias aéreas no mundo, segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). Há uma ação para cada 362 passageiros brasileiros, contra uma para cada 7.432 estrangeiros em operações com

as mesmas condições de voo, tripulação e infraestrutura na América do Sul. Em 2025, segundo a entidade, o cenário de alta litigiosidade representou R\$ 1,2 bilhão em custos adicionais para as companhias aéreas brasileiras.

"São dados alarmantes que não refletem os níveis de eficiência operacional do setor e apontam para a existência de uma indústria da judicialização", afirma o presidente da Abear, Juliano Noman. Segundo ele, a multiplicação de ações amplia provisões, afeta o planejamento financeiro e reduz a capacidade de expansão de rotas e investimentos em frota. "Esse ambiente acaba penalizando o próprio passageiro, seja por meio de tarifas mais altas, seja pela restrição na oferta de voos", diz.

Na indústria, o impacto assume forma semelhante. Para Alexandre Vitorino, diretor jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a previsibilidade regulatória é condição para decisões de médio e longo prazo. "Sem calculabilidade de cenários futuros, decisões de investimento tornam-se praticamente inviáveis", afirma. O Brasil obteve nota 0,50 no Rule of Law Index 2025, ocupando a 78ª posição entre 143 países avaliados pelo World Justice Project.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) observa movimento semelhante. Segundo o presidente da entidade, Luiz Césio Caetano, mudanças frequentes de interpretação elevam custos operacionais e encurtam horizontes. "Empresas passam a priorizar investimentos de retorno mais rápido e menor exposição regulatória", diz.

No comércio e nas relações de trabalho, os efeitos também são mensuráveis. Entre 2015 e 2018, para cada norma validada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), duas foram consideradas incompatíveis com a Constituição. O dado consta no livro "Um Brasil #11 - Modernização do Estado", da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), que identificou ainda que apenas dez decisões voluntaristas na área trabalhista geraram impacto superior a R\$ 9 bilhões ao Estado e ao setor produtivo.

Entre 2019 e 2024, 41.966 processos envolvendo

terceirização somaram R\$ 7,5 bilhões em valor de causa. Para José Pastore, professor da USP e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP, "a insegurança jurídica não é apenas um problema conceitual, mas um fator econômico mensurável".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em infraestrutura, onde contratos têm maturação de 20 a 30 anos, o risco jurídico também é incorporado ao ambiente de negócios. O presidente executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, reconhece avanços institucionais, mas alerta que interferências sobre decisões das agências reguladoras afetam a percepção de risco. "De tempos em tempos surgem ações que interferem nas decisões de investimento."

A dimensão política ajuda a explicar parte dessa engrenagem. Para o deputado federal Marcos Pereira, presidente nacional do Republicanos-SP, a judicialização recorrente de disputas legislativas amplia a percepção de instabilidade. "Via de regra, quando um grupo ou segmento político perde uma votação no Parlamento, ele recorre ao STF alegando inconstitucionalidade daquele projeto", afirma.

Em seu livro "A Inconstitucionalidade de Leis Brasileiras: Entre Causas e Efeitos", Pereira aponta como fatores estruturais a complexa repartição de competências federativas e a apresentação de projetos com vício constitucional. "Não raro, parlamentares propõem medidas flagrantemente inconstitucionais apenas para dar satisfação aos seus eleitores", diz.

A **reforma tributária**, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pode reduzir parte do contencioso estrutural no longo prazo, mas a fase de transição até 2032 tende a gerar novos conflitos interpretativos. Para Eduardo Melman Katz, sócio do Mattos Filho, a regulamentação já sinaliza potenciais focos de litigiosidade. "A elevada pressão orçamentária leva as autoridades fiscais a adotarem interpretações restritivas que extrapolam o conteúdo das leis, alimentando o contencioso", afirma.

A convergência entre instabilidade normativa, litigiosidade estrutural e judicialização política forma um ciclo que se retroalimenta. Enquanto o risco jurídico continuar incorporado ao cálculo de retorno exigido por investidores e financiadores, o país seguirá convivendo com custo de capital mais elevado, menor horizonte de planejamento e perda de competitividade. Para Marcos Pereira, "o Congresso Nacional já dispõe dos mecanismos institucionais e filtros necessários". O desafio, diz ele, é utilizá-los com "responsabilidade técnica".

Carf livra contribuintes de pagar contribuição previdenciária sobre planos de stock options

Beatriz Olivon

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** passou a livrar contribuintes do pagamento de contribuições previdenciárias sobre planos de opção de compra de ações, as stock options. As decisões, da 1ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção, aplicaram entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre Imposto de Renda (IRPF), por ainda não haver precedente vinculante sobre as contribuições ao **INSS**.

Os planos de stock options, previstos no artigo 168 da Lei das S/A, de nº 6.404/1976, servem como incentivo para reter empregados de companhias abertas. Eles podem comprar participação na empresa por um preço prefixado e ter carência para a venda.

Em 2024, a 1ª Seção do STJ definiu, por meio de recursos repetitivos, que os planos de stock options têm natureza mercantil, não salarial. Portanto, o IRPF não incidiria no momento da aquisição das ações, mas somente na obtenção de ganho de capital com a venda (Tema 1226). Se não se trata de remuneração, entendeu o **Carf**, também não incide contribuição ao **INSS**.

A incidência ou não de contribuições previdenciárias também deve ser definida pelo STJ por meio de recursos repetitivos (Tema 1379). A questão está na pauta da 1ª Seção, que vai se debruçar sobre o assunto pela primeira

vez, segundo especialistas.

Na seara trabalhista, o entendimento também é de que não há natureza salarial. Mas nos julgamentos tributários administrativos, ainda prevalece entendimento contrário.

O panorama parece ter começado a mudar em 2024. Em julgamento realizado em agosto, o entendimento foi o de que pagamentos efetuados a empregados por meio de opção de compra de ações não caracterizam hipótese de incidência de contribuição previdenciária. Por quatro votos a dois, os conselheiros consideraram

que o julgamento do Tema 1.226 pelo STJ, apesar de

tratar unicamente de Imposto de Renda, determinou, em suas razões de decidir, a natureza mercantil dos contratos (processo nº 15746.727105/2022-87).

O relator, conselheiro Fernando Gomes Favacho, diz em seu voto que, em julgamentos anteriores, já se posicionou a favor da tributação em casos similares, mas que, independentemente da questão fática, o panorama jurídico foi modificado e cita a decisão do STJ.

"Apesar de o assunto ali tratado corresponder a IRPF, a matéria expressa

o entendimento da Corte Superior no sentido da natureza mercantil dos contratos celebrados - restando afastada a natureza remuneratória", afirma.

Em seu voto, Favacho destaca ainda que ficou demonstrada a existência de risco, já que o preço do exercício estava atrelado ao valor médio do mercado e havia cláusula de "lock-up" para metade dos papéis, que impedia a venda deles por um período mínimo, expondo o adquirente à volatilidade do mercado. Também verifica-se, acrescenta, a voluntariedade e a onerosidade, pois os participantes não estavam obrigados a participar dos planos, e se fizessem a opção, ficavam obrigados a pagar pelas ações para exercer o direito.

Em julgamento posterior, em novembro, a turma decidiu da mesma forma. O relator, conselheiro Thiago Álvares Feital, disse que a decisão do STJ não vincula o **Carf** por não ter transitado em julgado e que o caso travava de Imposto de Renda. Contudo, afirma, as razões daquela decisão podem ser adotadas desde a sua publicação, servindo como referência (processo nº 13603.720891/2013-08).

"Em parte, isso se dá pelo dever de coerência que se espera das instituições jurídicas", diz. O relator acrescenta que também não vê como poderia chegar a uma conclusão diferente daquela a que o tribunal chegou, mesmo tratando-se, no caso, de contribuição previdenciária.

"Sob pena de se criar uma interpretação

esquizofrênica do instituto ou bem se reconhece que ele tem natureza mercantil ou se admite que tenha natureza remuneratória. A decisão do STJ foi no primeiro sentido", afirma.

De acordo com Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, que defendeu o contribuinte em um dos casos no **Carf**, o grande indutor da mudança de posição foi o julgamento do STJ, apesar de ser sobre Imposto de Renda. "O repetitivo define que planos de stock options para fins de IRPF têm natureza mercantil, e não remuneratória. Então, o pressuposto para exigir contribuição previdenciária seria o mesmo, ter natureza remuneratória", diz.

Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, lembra que o voto vencedor nas decisões destaca os requisitos que o STJ definiu para caracterizar natureza mercantil: onerosidade, risco e voluntariedade. Cabral afirma que, antes desses julgados, houve algumas decisões que anularam autuações sobre a incidência previdenciária em stock options por causa de erro da fiscalização quanto ao momento do fator que gera a cobrança de tributo. "Essas duas decisões analisaram o mérito propriamente dito", diz.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que o entendimento da 1ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção do **Carf** nos processos foi de aplicar julgado do STJ que não vincula o órgão por ausência de trânsito em julgado do acórdão e também porque o tema tinha por objeto o IRPF.

Para a procuradoria, não é possível aplicar o entendimento do STJ às contribuições previdenciárias, pois se trata de tributo diverso. "A PGFN considera que o STJ não classificou todos os planos de stock options como mercantis de forma automática. O Tema 1226 estabeleceu critérios para que o julgador analise o caso concreto. Assim, a natureza mercantil depende da presença de características específicas no contrato, e não de uma regra geral para todos os casos", diz.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Investigações miram as "multinacionais do crime"

Marcos de Moura e Souza

Grupos criminosos que operam no Brasil estendem rapidamente suas conexões e operações por outros países e em muitos casos atuam como se fossem multinacionais do crime. A definição é do diretor geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Segundo ele, a ideia de que o crime organizado se limita à figura de foras da lei protegidos por homens com fuzis entrincheirados em grandes complexos em favelas não reflete a realidade.

"O crime organizado que nós temos enfrentado é muito diferente", disse Rodrigues em painel do evento "Rumos 2026", realizado pelo Valor, em São Paulo, em 2 de março. Ele citou como exemplo as investigações sobre o Banco Master, liquidado pelo Banco Central, e que era comandado pelo empresário Daniel Vercaro. Rodrigues afirmou que nesse caso havia "uma organização criminosa identificada atuando".

O delegado também colocou na categoria de organização criminosa os grupos que tentaram um golpe de Estado no país, após a eleição presidencial de 2022, e outros - com ações em segmentos diversos - que também são alvo de investigações. Mas chamou atenção para os criminosos que transitam pelo mundo da legalidade, dos investimentos e dos centros de poder. "Essas organizações criminosas do colarinho branco é que tentam interferir na economia e tentam alcançar determinados segmentos", disse Rodrigues ao jornalista Fernando Exman, chefe da sucursal do Valor em Brasília, que conduziu o diálogo no evento.

Nos últimos meses, operações do Ministério Público, PF e **Receita Federal** desmantelaram esquemas ilícitos dos quais, segundo as autoridades, participavam empresas do setor financeiro, do setor de combustíveis e integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), o maior grupo narcotraficante do Brasil.

A fórmula para frear as ambições criminosas de organizações com operações complexas passa inevitavelmente por cooperação entre instituições e troca de informações, disse Rodrigues. Ele falou do papel importante no combate ao crime que tem desempenhado instituições como **Receita Federal**, Banco Central, Controladoria Geral da União, setor de

inteligência do **INSS** e secretarias estaduais de Fazenda.

"A gente tem conversado sobre a pauta do enfrentamento ao crime organizado", disse o delegado, destacando as conexões do crime no Brasil com outros países. "É uma grande multinacional, muitas vezes." O foco da PF, segundo ele, tem sido estrangular as finanças dos criminosos. Em 2025, a PF apreendeu quase R\$ 11 bilhões do crime organizado em veículos, imóveis, aviões, embarcações e em dinheiro. Ele não deu detalhes no painel, mas mencionou que, entre os valores apreendidos, "R\$ 2 bilhões foram de uma conta corrente da operação do caso Master".

O delegado falou também da preocupação com o risco de infiltração do crime organizado nas eleições deste ano. "Já há um projeto de segurança para as eleições apresentado ao ministro da Justiça, apresentado à presidenta Carmen Lúcia, do TSE [Tribunal Superior Eleitoral], onde nós vamos atuar também nessa vertente de coibir a entrada do crime organizado no sistema eleitoral, nas campanhas políticas", disse.

Rodrigues afirmou que o projeto de segurança ligado às eleições foi encaminhado em janeiro ao ministério e ao TSE. E que ações da polícia nas eleições municipais de 2024 deram pistas sobre o que se pode esperar para as eleições gerais deste ano. Em 2024, lembrou ele, mais de R\$ 30 milhões em dinheiro foram apreendidos, sob suspeita de serem valores que irrigavam ilegalmente as campanhas. As investigações acabaram servindo de base para mais de 90 operações em 2025 relacionadas às eleições. "Esse projeto de segurança eu apresentei em janeiro, para que a gente tenha a possibilidade de coibir a tentativa do crime organizado de se infiltrar no sistema eleitoral e ocupar cargos públicos."

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Investigações miram as 'multinacionais do crime'

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad deixa Fazenda na semana que vem e será candidato em SP

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), vai deixar o governo na semana que vem e será o candidato do presidente Lula ao governo de São Paulo. A saída está sendo programada para quarta ou quinta-feira da próxima semana. A decisão sobre a candidatura vinha sendo amadurecida em sucessivas conversas entre Lula e o ministro, mas a pesquisa Datafolha divulgada no último fim de semana, que mostra o petista com bom desempenho para enfrentar o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), praticamente, selou a escolha.

Na pesquisa do Datafolha, o petista tem 28% ou 31% no primeiro turno, em diferentes cenários estimulados, contra 44% de Tarcísio nas duas projeções. No segundo turno Haddad perde para Tarcísio por 52% a 37%. A expectativa do QG lulista não é vencer em São Paulo, mas "perder de pouco". Estudos mostram que o fato de Lula ter conseguido vencer na capital paulista em 2022 e obter uma votação maior no estado que a do próprio Haddad em 2018 foi preponderante para sua vitória sobre Jair Bolsonaro.

Também pesaram na definição do ministro como candidato levantamentos qualitativos nos quais sua imagem se mostra preservada diante de duas crises que devem movimentar a campanha: a dos casos de corrupção (Master e **INSS**) e a de segurança pública. Ainda não está definido se o anúncio da pré-candidatura será feito junto com a saída da Fazenda ou logo em seguida, ou se ficará para mais adiante, junto com o restante da chapa de Lula em São Paulo.

Pelo arranjo idealizado por Lula, também devem ser confirmadas Marina Silva e Simone Tebet na chapa de Haddad. Resta definir se ambas serão candidatas ao Senado ou se uma das ministras ocupará a vaga de vice na chapa do hoje colega.

Geraldo Alckmin pode tanto ser um coordenador-geral da campanha do PT em São Paulo, caso seja confirmado como vice na chapa de Lula à reeleição, como pode, caso haja aliança com algum outro partido, ser um dos candidatos ao Senado. Mas a chance de ele permanecer como vice "é de 90% hoje", na projeção de um dos principais articuladores do palanque paulista.

A pesquisa Datafolha divulgada no domingo animou o grupo político do governador Tarcísio. Há expectativa de vitória em primeiro turno, o que afetaria os planos do presidente Lula em nível nacional. Ao mesmo tempo, os petistas avaliam Haddad como candidato mais competitivo.

No principal cenário testado, Tarcísio marca 44% das intenções de voto, contra 31% de Haddad, em primeiro turno. O governador ainda iguala a soma de todos os adversários, o que sinaliza para a possibilidade de resolver o pleito já em outubro. Paulo Serra (PSDB) e

Kim Kataguiri (Missão) sur- que Haddad é um "candidato samos ter humildade -avalia gem com 5% cada, e Luiz Feli- frágil" e apenas uma "campa-Marcos Pereira, presidente pe DÁvila soma 3%. Há ainda nha perfeita" do oponente po- nacional do Republicanos.

1% de indecisos e 11% de bran- deria levar a disputa ao segun- Outro dado comemorado cos e nulos. A margem de erro do turno nas atuais circuns- foi a oscilação positiva, no li-é de dois pontos percentuais. tências. Publicamente, contu- mite da margem de erro, do ní-

Entre os aliados do governa- do, o grupo mantém cautela. vel de aprovação do governo: dor, há quem arrisque dizer - Ele é favorito, mas preci- passou de 61% para 64%.

Site: <https://print.iclipping.com.br/media/2026-03-10/3727/1/edition.pdf>

Ministro defende autonomia da PF

Cristiane Agostine e Joelmir Tavares

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, defendeu a autonomia da Polícia Federal (PF), em meio a investigações de casos envolvendo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como o do Banco Master, e fraudes em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), com suspeitas contra o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em painel conduzido pela repórter especial Maria Cristina Fernandes, no evento Rumos 2026, promovido pelo Valor no dia 2, o ministro disse que o governo federal assegura a independência da PF, apesar de tentativas de interferência nos trabalhos da instituição.

"Há uma vinculação administrativa [da PF] ao Ministério da Justiça, mas a competência, a autonomia técnica é assegurada", disse o ministro. "A PF busca fazer seu trabalho com o padrão de excelência que tem norteado a sua atuação nos últimos tempos, reconhecida pela população brasileira como um todo", afirmou. No mesmo evento, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, reforçou: "Vamos investigar quem tivermos que investigar", afastando a pressão enfrentada pela instituição.

A tensão entre a PF e o STF se intensificou nas investigações do caso Master, depois que o ministro Dias Toffoli, do Supremo, foi citado no registro de conversas com o banqueiro Daniel Vercaro, preso na quarta-feira (4). Toffoli era relator no STF do inquérito que trata das fraudes na instituição financeira e, sob pressão, pediu para deixar a relatoria. Na reunião entre ministros do STF, que selou a saída de Toffoli da relatoria, magistrados criticaram a atuação da PF e avaliaram que a investigação de uma autoridade com foro no Supremo teria que ter autorização judicial prévia. A PF, no entanto, defendeu a atuação da instituição.

No evento, o ministro da Justiça reforçou a PF como uma instituição autônoma. "As instituições são sempre maiores do que a soma dos seus integrantes. Não há salvação fora da institucionalidade." O ministro disse ainda que o presidente Lula determinou a segurança pública como prioridade da gestão, e afirmou que a principal diretriz do governo é adotar "firmeza no combate ao crime organizado", envolvendo "o maior número possível de atores" do Estado e "dialogando com organismos internacionais".

A segurança pública aparece em pesquisas como uma das principais preocupações dos brasileiros e é um dos pontos sensíveis da gestão Lula. O tema tem sido explorado pela oposição contra o governo. Há quase três meses no cargo de ministro, Lima e Silva disse que sua missão no governo é contribuir para que a questão da segurança seja tratada como "política de Estado, e não de governo".

Lima e Silva destacou ainda que a PEC da Segurança, de iniciativa do governo federal, aprovada na quarta-feira (4) na Câmara, é um indicativo da prioridade ao enfrentamento da criminalidade. "Vamos fazer a intensificação da segurança pública [de uma forma] nunca vista antes. Vamos fazer um diálogo entre providências que atendam a conjuntura e que tenham medidas mais estruturantes", afirmou Lima e Silva.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita anuncia regras do imposto de renda 2026 no dia próximo 16

Renato Ribeiro - Repórter da Rádio Nacional

A **Receita Federal** anuncia na próxima segunda-feira, dia 16, as novas regras do Imposto de Renda 2026. A expectativa é que o prazo para a entrega da declaração comece no próprio 16 e siga até o final do mês de maio.

Com base nas regras do ano passado, devem declarar as pessoas que, em 2025, receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 33.888; quem teve receita bruta da atividade rural superior a R\$ 169.440; e contribuintes que tiveram rendimentos no exterior, como aplicações financeiras, lucros ou dividendos.

Também deve declarar quem atualizou o valor de imóveis já informados à Receita para o valor de mercado e as pessoas que tiveram rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, superiores a R\$ 200 mil.

Um detalhe importante: apesar de já estar valendo a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais por mês, a mudança só terá efeito na declaração de 2027, que considera os rendimentos de 2026. Na declaração deste ano, referente aos rendimentos do ano passado, só está isento quem recebeu até dois salários mínimos por mês.

A recomendação é já separar documentos importantes, como CPF, comprovante de residência, recibo da declaração do ano anterior, número do PIS ou do **INSS**, além dos dados dos dependentes.

Também é preciso ter em mãos informes de rendimentos, extratos bancários, dados de aplicações financeiras, comprovantes de aluguel e informes de previdência privada. Mais informações estão disponíveis em gov.br/receitafederal.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2026-03/receita-anuncia-regras-do-imposto-de-renda-2026-no-dia-proximo-16>

Câmara e governo discutem regras para trabalho por aplicativos

Danandra Rocha +

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou para a manhã desta terça-feira (10/3) uma reunião destinada a discutir o projeto que regulamenta o trabalho por aplicativos no país. O encontro reuniu integrantes do governo federal e o relator da proposta na Casa, em uma tentativa de avançar no consenso sobre pontos considerados sensíveis do texto.

Participaram da reunião os ministros Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência, e Gleisi Hoffmann, responsável pela articulação política do governo no Ministério das Relações Institucionais, além do deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), relator do projeto.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

O tema foi apontado por Motta como uma das prioridades da Câmara para este ano legislativo. A proposta em análise é de autoria do deputado Luiz Gastão (PSD-CE) e recebeu parecer do relator em dezembro do ano passado.

Um dos principais pontos que está em discordância entre o governo e o relator envolve o valor mínimo a ser pago por corridas ou entregas realizadas por trabalhadores de aplicativos. O relatório estabelece piso de R\$ 8,50 por serviço, enquanto o Executivo defende a elevação do valor para R\$ 10.

O texto em discussão também define como será a tributação sobre os ganhos dos trabalhadores. Pela proposta, 75% do valor recebido em cada corrida ou entrega será considerado indenização de custos, como combustível, manutenção do veículo e equipamentos, e, portanto, não sofrerá tributação. Os 25% restantes serão tratados como renda, formando a base de cálculo para contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Nesse modelo, o trabalhador contribuirá com 5% sobre essa parcela tributável, com desconto direto feito pela plataforma. Já as empresas de aplicativos deverão recolher à Previdência o equivalente a 20% sobre esse mesmo percentual da remuneração paga aos prestadores de serviço. O texto ainda estabelece uma

contribuição adicional de 2% para financiar benefícios relacionados a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

A proposta também prevê a formalização de contratos entre plataformas e trabalhadores, com regras sobre remuneração, suspensão de contas e funcionamento dos algoritmos que distribuem corridas ou entregas. As empresas terão de informar os critérios que influenciam a distribuição das demandas e a pontuação dos prestadores.

Outro ponto mantido no relatório é o limite máximo de 30% para a taxa de intermediação cobrada pelas plataformas sobre o valor das corridas ou entregas realizadas. O objetivo, segundo defensores da proposta, é garantir maior previsibilidade de renda aos trabalhadores sem descaracterizar o modelo de prestação de serviços adotado pelas empresas do setor.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/03/7372007-camara-e-governo-discutem-regras-para-trabalho-por-aplicativos.html>

INSS termina em dez dias o prazo para contestar desconto indevido em benefício de aposentados

Os aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) têm dez dias para contestar descontos não autorizados em seus benefícios. O prazo termina no dia 20 de março.

O programa de ressarcimento começou em 24 de julho de 2025, após investigação sobre fraude, que teria descontado cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

Até agora foram devolvidos R\$ 2,9 bilhões a 4,3 milhões de segurados vítimas de descontos associativos indevidos, entre março de 2020 e março de 2025.

O governo federal havia liberado R\$ 3,3 bilhões ao Ministério da Previdência para o pagamento. Com isso, são R\$ 3 milhões que ainda restam à disposição do ressarcimento.

Faltando um mês para o fim do prazo, os segurados que foram atingidos pelos descontos devem identificar e contestar as cobranças irregulares.

A contestação, que é o primeiro passo para que o beneficiário possa aderir ao acordo de ressarcimento, deve ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, Central 135 ou nas agências dos Correios.

Quem pode aderir ao acordo

Como fazer

Contestar o desconto indevido:

Pode ser feito pelo aplicativo Meu **INSS**, Central 135 ou nas agências dos Correios até 20 de março

Aguardar a resposta da entidade:

Prazo: até 15 dias úteis

Sem resposta da entidade?

O sistema libera automaticamente a opção de adesão ao acordo

Recebeu resposta irregular?

O **INSS** também está liberando a adesão para beneficiários que receberam respostas irregulares das entidades, como assinaturas falsificadas ou gravações de áudio

Aderir ao acordo:

Agora é só fazer a adesão ao acordo pelo aplicativo Meu **INSS** ou presencialmente nas agências dos Correios. A Central 135 não está habilitada para essa opção.

Onde consultar e contestar

O segurado pode verificar sua situação e realizar a contestação pelos seguintes canais:

Aplicativo ou site Meu **INSS**: atendimento rápido e digital

Central 135

Agências dos Correios: atendimento presencial para quem precisa de suporte.

No aplicativo Meu **INSS**

Pagamento

Cuidado com golpes

O **INSS** não envia links, SMS ou mensagens solicitando dados pessoais;

O instituto não cobra taxas nem utiliza intermediários;

Toda a comunicação ocorre pelos canais oficiais: aplicativo Meu **INSS**, site gov.br/**inss**, Central 135 e agências dos Correios.

Site: <https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/inss-termina-em-dez-dias-o-prazo-para-contestar-desconto-indevido-em-beneficio-de-aposentados-10032026/>

Flávio Bolsonaro vai baixar o valor da aposentadoria e do salário mínimo?

Carlos Juliano Barros

Coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro à presidência, o senador Rogério Marinho (PL-RN) não forneceu muitos detalhes, mas insinuou em entrevista à Folha de S. Paulo que o plano de governo da oposição inclui uma nova rodada de reformas da Previdência e da legislação trabalhista.

"O modelo está estourando. Só posso dizer que a gente vai ter que revisitar a Previdência. A trabalhista tem que ser revisitada, porque a reforma de 2017 foi mitigada por várias decisões judiciais", justificou.

O recado de Marinho tem endereço certo: a Faria Lima. Quem acompanha o noticiário econômico sabe que a principal demanda do mercado financeiro é a quebra do vínculo entre o salário mínimo e os benefícios da Previdência. A medida, dizem os porta-vozes do setor, é essencial para colocar as contas públicas em dia e baixar os juros.

Mas falta combinar com o eleitorado. Quando a campanha de fato começar, em agosto, o candidato Flávio Bolsonaro vai mesmo pedir votos defendendo que um aposentado possa ganhar menos de um salário mínimo? Lembrando que, dos cerca de 40 milhões de beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), 70% ganham até R\$ 1.621 - o atual valor do mínimo fixado pelo Governo Federal.

E quanto à valorização do salário mínimo acima da **inflação**, uma das marcas registradas das gestões de Lula: Flávio Bolsonaro vai falar abertamente sobre a possibilidade de retomar a política do mandato de seu pai, abortando os reajustes reais?

Se não for devidamente provocado, é pouco provável que o candidato do PL cometa sincericídio em público durante a campanha eleitoral. De todo modo, é bastante revelador da ideologia do partido que caciques do PL joguem aos quatro ventos a disposição de sacrificar aposentados, depois de terem atuado para barrar no Congresso a proposta de tributação dos super-ricos.

Para quem tem a memória curta, aí vai um breve lembrete: a sigla de Flávio Bolsonaro tentou com todas as forças derrubar a tributação mínima de até 10% sobre a minúscula minoria de 141 mil brasileiros com

renda anual superior a R\$ 600 mil. A taxa foi criada pelo Governo Federal para compensar a isenção de imposto de renda concedida a cerca de dez milhões de contribuintes que ganham até R\$ 5 mil mensais.

"Ele [o governo] que se vire", resumiu Sóstenes Cavalcante, líder do PL na Câmara dos Deputados, em agosto do ano passado, numa inequívoca demonstração do compromisso com a "responsabilidade fiscal" defendida por sua legenda.

Sim, é verdade que muitos economistas sérios têm alertado para os crescentes impactos financeiros decorrentes da vinculação entre salário mínimo e benefícios previdenciários. Em determinado momento, talvez não reste alternativa a não ser quebrar essa regra para cessar a trajetória de alta dos gastos públicos.

A questão, como sempre, é entender se apenas a base da pirâmide social brasileira vai pagar a conta do necessário ajuste fiscal.

A bomba vai explodir apenas no colo de quem ganha um salário mínimo por mês? Ou os super-ricos, que pagam proporcionalmente menos **tributos** do que qualquer empregado CLT, também serão convidados para o rateio?

Pelo histórico do PL, não há dúvidas sobre o plano de Flávio Bolsonaro, Rogério Marinho, Sóstenes Cavalcante e companhia limitada. Aposentado, fica a dica: a depender do resultado das eleições, é melhor já ir enxugando as despesas.

Site: <https://economia.uol.com.br/columnas/carlos-juliano-barros/2026/03/10/flavio-bolsonaro-vai-baixar-o-valor-da-aposentadoria-e-do-salario-minimo.htm>

Prefeituras aumentam contratações e acendem alerta para cenário fiscal

Lucianne Carneiro

Favorecido pelo aquecimento do emprego no Brasil como um todo, o número de trabalhadores no setor público tem avançado, só que em velocidade maior que a média da população ocupada. Na esfera municipal, essa alta se dá em ritmo ainda mais intenso que a média do setor público, o que permitiu a ampliação de sua maioria nesse grupo. No contingente de pessoas ocupadas nas cidades, um aspecto observado que limita o efeito fiscal é o crescimento da parcela dos que não têm vínculo empregatício - que não são nem estatutários nem CLT.

Ainda assim, afirmam especialistas, há pressão de custos para os municípios, que tradicionalmente têm situação fiscal mais vulnerável, especialmente aqueles de menor porte. Economistas ouvidos pelo Valor defendem que o quadro é um ponto de atenção no debate sobre as condições fiscais das cidades, o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal e os possíveis riscos para prestação de serviços públicos.

"Os dados de mercado de trabalho mostram aumento do pessoal ocupado no setor público, principalmente nos municípios. E houve mudança conjuntural nas finanças públicas de Estados e municípios, quando se olha o período pré e pós-pandemia. Temos visto, desde 2023, deterioração na situação fiscal dos municípios, especialmente os menores", diz o economista da Tendências Consultoria João Pedro Leme, especialista em finanças públicas.

Diferentes indicadores permitem traçar o cenário da força de trabalho e da situação fiscal dos municípios. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas ocupadas no Brasil cresceu 5,6% entre o quarto trimestre de 2022 e o quarto trimestre de 2025. A taxa foi de 9,2% entre trabalhadores do setor público e de 12,9% naqueles empregados na esfera municipal, pelos microdados da pesquisa levantados pelo economista da 4Intelligence Bruno Imaizumi.

Nesse período mais recente, o aumento de pessoal ocupado no setor público está ligado às restrições de gastos impostas durante a pandemia, como a de contratação de servidores e de reajustes salariais, previstas na Lei Complementar 173/2020.

"Estados e municípios conseguiram fazer caixa de 2022 para frente, é um movimento que com certeza afeta a evolução dos ocupados no setor público. [...] Tem uma explosão assustadora do setor público municipal e isso está muito ligado à questão fiscal", diz Imaizumi.

João Pedro Leme descreve um período de "melhora artificial nas finanças públicas dos Estados e municípios" no início da pandemia, graças à combinação desse controle mais rígido de despesas com aumento de transferências constitucionais e arrecadação de impostos.

Com o fim dessas restrições, administrações municipais retomaram contratação de servidores e também outras iniciativas, como investimentos. Só que muitas prefeituras não têm condições de manter esses gastos. "Sem essa trava, municípios começaram a criar despesas, muitas vezes de forma permanente. E não houve alta na arrecadação. Era esperado um aumento de servidores municipais com o bom momento financeiro que permitiu contratação. Mas a contrapartida disso é a piora no resultado primário", diz Leme.

Os números do IBGE mostram, de qualquer forma, que a tendência de aumento dos trabalhadores do setor público vem de antes da pandemia. Entre o quarto trimestre de 2019 e o quarto trimestre de 2025, o pessoal ocupado no país subiu 9,7%, enquanto as taxas foram de 15,7% no setor público e de 23,8% no setor público municipal.

Em um prazo mais longo, entre 2012 e 2025, o movimento é um pouco diferente. A alta do setor público (19,7%) é mais próxima à do pessoal ocupado como um todo (14,2%). Nessa base de comparação, o que destoa é o crescimento do setor público municipal, que chega a 34,3%.

Ao longo do tempo, os ritmos diferentes de expansão levam à ampliação dos servidores municipais como maioria no setor público, mostram os microdados da Pnad Contínua. Essa fatia subiu de 54,9% no quarto trimestre de 2019 para 59,1% no quarto trimestre de 2025. A alta é ainda maior na comparação com o quarto trimestre de 2012, quando era de 52,7%.

A esfera federal, que respondia por 15,3% do total de trabalhadores do setor público no quarto trimestre de 2012, caiu para 14,6% em igual período de 2019 e 13% em 2025. Na esfera estadual, a participação foi de 32%, 30,2% e 27,9%, respectivamente.

Para o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, existe um claro processo de "prefeiturização" do emprego público: "A principal razão desse fenômeno é o aumento das obrigações impostas aos municípios nos últimos anos, ferindo o pacto federativo".

Informações levantadas pela confederação mostram, segundo Ziulkoski, alta maior de profissionais nas áreas de saúde, educação e assistência social, em que cresce a participação dos municípios em serviços que deveriam ser da competência de União e Estados.

"Temos que lembrar que o serviço público, de forma geral, é prestado para o cidadão principalmente pelos municípios, como no atendimento básico de saúde e educação infantil. E os dados permitem ver que o aumento da ocupação no setor público ocorre em atividades-fim, como saúde e educação", afirma o economista Pedro Souza, analista do Instituto Fiscal Independente (IFF).

Mesmo assim, defende que responsabilidade fiscal dos municípios é essencial, até pela situação "sui generis" vivida por eles, de poucas fontes de receita e maior impacto no caso de qualquer crise fiscal: "Uma responsabilidade fiscal maior por parte desses entes é essencial. Não só para a manutenção de um serviço público adequado, mas pelo risco que pode trazer de eventual socorro por parte da União que agrave mais o déficit."

Na alta do pessoal nos municípios, um fator ajuda a conter parte do impacto fiscal: a expansão de quem trabalha de forma temporária. A tendência é observada desde 2021 na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), também do IBGE. A parcela de ocupados na administração direta sem vínculo permanente subiu de 19,1% em 2020, para 20% em 2021, 23,8% em 2023 e 26,8% em 2024, último resultado disponível. Não

há dados para 2022.

"Essa busca de novas formas de contratação é um indício da pressão fiscal. É essencial que não se contrate despesa de forma permanente, mas mesmo os trabalhadores sem vínculo permanente representam um custo a mais na administração pública. Existem outros custos associados, como o pagamento de previdência", afirma Pedro Souza.

A avaliação é compartilhada por João Pedro Leme. "Acréscimo de funcionários públicos, mesmo que não sejam estatutários, acaba inflando o orçamento de municípios e Estados. Tudo aumenta a folha de pagamento."

A parcela dos municípios brasileiros com algum alerta a respeito do gasto com pessoal, segundo parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aumentou em 2025, segundo dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) compilados pela Confederação Nacional de Municípios. Esse parâmetro considera as cidades em que mais de 48,6% da receita corrente líquida (RCL) é comprometida com esse tipo de despesa.

A parcela de municípios nesta situação subiu de 23% em 2024 para 29,7% em 2025, de um total de 4.775 municípios com dados. O número de municípios na classificação máxima - quando mais de 54% da receita é comprometida - subiu 32% entre 2024 e 2025, para 393 cidades.

O índice de capacidade de pagamento (Capag) é outro indicador que aponta para a piora da situação fiscal dos municípios. Conhecido também por ser uma referência para o grau de dependência, avalia as cidades de acordo com parâmetros da Lei da Responsabilidade Fiscal. O índice varia entre os graus A e E, da melhor para a pior capacidade de solvência.

O número de municípios com grau A subiu de 835 em 2023 para 1.179 em 2024, enquanto aqueles enquadrados no grupo B passaram de 1.500 para 696, em igual base de comparação, pelos dados mais recentes. O total de cidades na nota C, por sua vez, avançou de 1.294 em 2023 para 1.782 em 2024. De acordo com Leme, houve "praticamente uma explosão" de municípios que passaram da letra B para a C, "ou seja, pioraram a capacidade de pagamento".

Por trás da situação fiscal dos municípios está a capacidade de prestar serviços públicos de qualidade para a sociedade, argumentam os especialistas.

"Para melhorar o bem-estar das pessoas, é preciso ter municípios bem colocados fiscalmente, com dinheiro aplicado nos locais corretos e eficiência na gestão municipal. Toda vez que há situação fiscal ruim, municípios sem base tributária decente ou em posição de endividamento, há risco para o cidadão", afirma o analista da Tendências Consultoria.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fachin discute penduricalhos com presidentes de tribunais

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, reúne-se nesta terça-feira (10), às 10h, com os presidentes de todos os tribunais brasileiros para tratar do pagamento de verbas indenizatórias acima do teto, os chamados penduricalhos. Na semana passada, quando informou ao Valor sobre o encontro, o ministro disse que o objetivo é fazer um "levantamento criterioso" sobre o tema, para "subsidiar decisões bem fundamentadas".

"Referente ao teto constitucional e à remuneração da magistratura e dos servidores em geral, o momento é de escuta qualificada, diálogo institucional e levantamento criterioso de dados e de informações. Dia 10 de março reunião com todos os presidentes de 91 tribunais do Brasil", disse ao Valor na ocasião.

A reunião ocorrerá no próprio Supremo. Participam os presidentes dos tribunais superiores, de Justiça, regionais federais, eleitorais, além das cortes do trabalho e militares.

O encontro foi convocado em janeiro, antes de os ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes darem decisões restringindo o pagamento de penduricalhos.

Fachin também tem tentado tomar frente no tema e instituiu um grupo técnico com representantes dos três Poderes para propor uma regra de transição sobre o pagamento de penduricalhos. Quando assumiu a presidência do STF, ele tratou do tema em seu discurso de posse.

"O Judiciário é lugar de vocações genuínas e de serviço público integral. É um poder a serviço da sociedade. Juízes educam também por seus exemplos. **Servidores públicos** que somos, temos direito a um padrão remuneratório digno, que ao mesmo tempo assegure a independência funcional e não perpetue privilégios, nem deixe diluir seu senso de propósito", disse o presidente do STF à época.

É possível que a regra de transição suspenda o pagamento de verbas indenizatórias e, como contrapartida, aumente o teto do funcionalismo, hoje em R\$ 46,3 mil. Entre ministros, há a avaliação de que o valor da remuneração está defasado.

A medida valeria até o Legislativo editar lei específica sobre os penduricalhos, o que não deve ocorrer neste

ano, levando em conta as eleições e a definição de quais pautas devem ser prioridade para a Câmara e o Senado em 2026.

No mês passado, Dino e Gilmar suspenderam o pagamento de penduricalhos que não são previstos em lei. Os casos foram levados ao plenário, mas o julgamento foi suspenso e será retomado em 25 de março. Até lá, a comissão criada por Fachin discute a possibilidade da regra de transição.

Segundo ministros, a regra de transição deve tratar de ao menos dois pontos em específico: os pagamentos retroativos, que criaram distorções e supersalários no funcionalismo público, e as licenças compensatórias, e garantem um dia de folga a cada três trabalhados. As folgas podem ser vendidas.

Além de Fachin, Dino e Gilmar, o ministro Alexandre de Moraes também passou a decidir sobre o tema recentemente. Na semana passada, ele determinou que os 27 tribunais de Justiça, os 24 tribunais regionais do trabalho e os seis tribunais regionais federais expliquem se receberam, nos últimos dez anos, verbas pagas ou calculadas por equiparação ao Ministério Público.

A decisão trata da chamada "simetria", reivindicação frequente feita por magistrados que querem receber verbas e benefícios equiparáveis aos que são hoje garantidos aos procuradores e promotores do Ministério Público.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guerra e disparada do petróleo desafiam previsões para a economia brasileira

Assim como aconteceu com o choque das tarifas em 2025, o ano já começou com uma ameaça para a economia global com o conflito no Oriente Médio, o que desafia cenários. Os ataques ampliaram o temor com uma crise de abastecimento de petróleo, fazendo o barril do tipo Brent, padrão internacional, ultrapassar pela primeira vez a barreira dos US\$ 100 desde a invasão na Ucrânia, em 2022.

Além da imprevisibilidade no cenário externo, as incertezas em relação às contas públicas tornam as perspectivas para a economia brasileira mais nebulosas. O país tem um encontro marcado com o ajuste fiscal em 2027, o que é fundamental para uma redução sustentada dos juros.

Isso mexe com todas as previsões para a economia brasileira, quando já se esperava o relaxamento da política monetária e a queda da taxa básica de juros, a Selic, no dia 18, na próxima reunião do Copom.

- A gente vai acabar sofrendo alguma pressão inflacionária de curto prazo, que piora os índices anuais e pode piorar as expectativas também - afirma Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Ele aponta que a defasagem nos preços da Petrobras já está enorme, e é muito difícil a estatal não repassar alguma coisa para o consumidor. Segundo o economista, a **inflação** ainda está resiliente em 4,5%, longe da meta.

- Um dia antes de eclodir a guerra, o IPCA-15 (prévia da **inflação**) trouxe alguns números relativamente frágeis - diz ele.

A reviravolta com a crise pode, por outro lado, beneficiar o Brasil, por ser um grande exportador, favorecendo a balança comercial. Mas a ideia de cautela ganha força. Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual e ex-secretário do Tesouro, ressalta que uma surpresa com o novo cenário de risco foi o comportamento estável da taxa de câmbio.

- Talvez a tese dominante ainda seja que o aumento de preços do petróleo será temporário. Vamos ter que esperar o Banco Central, que ainda deve começar o ciclo de corte de juros.

Antes do início do conflito, as expectativas eram mais

benéficas, com o país entrando no atual ciclo eleitoral surfando em um bom momento na economia. No desemprego, por exemplo, estão alguns dos indicadores mais positivos.

No trimestre encerrado em dezembro passado, caiu a 5,1%, nível mais baixo da série histórica. A taxa anual recuou para 5,6%. A bolsa vinha batendo recordes, com o ingresso de recursos de investidores internacionais buscando diversificar seus portfólios, tendo o Brasil como um dos destinos preferidos.

O **PIB** está há cinco anos em território positivo, apesar da política monetária restritiva. Subiu 0,1% no último trimestre de 2025 e fechou o ano com alta de 2,3%, divulgou o IBGE.

Houve uma "desaceleração muito forte no final do ano passado", ressalva Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais da FGV Ibre e um dos autores do Monitor do **PIB**-FGV. Ele contava em 2026 com um aumento em torno de até 2,5%. Para 2027, o principal problema continua sendo a taxa de investimento, que permanece muito baixa, segundo ele.

A economia se mostrou resiliente em 2025. O tarifaço do governo Trump atrapalhou as exportações, mas o país foi eficiente para mudar de mercados, diz o economista da FGV Ibre.

- A gente teve sorte com a confusão dos EUA. Ela foi ruim para o mundo, mas para o mercado emergente foi positiva. Teve essa desvalorização do dólar, que contribuiu muito com a queda da **inflação** aqui e nos outros países emergentes - avalia Mansueto.

Isso levou a uma rotação de carteiras dos fundos de investimentos que beneficiou o Brasil. Mansueto cita dados do Instituto de Finanças Internacionais que apontaram a China e o Brasil, respectivamente, como os países que mais captaram recursos para a renda fixa e variável em janeiro de 2026.

A consequência no curto prazo é que isso abriu uma janela de oportunidades para aberturas de capital (IPOs), o que não se contava mais neste ano.

- Houve uma surpresa. Ninguém esperava que a bolsa em fevereiro de 2026 fosse passar de 190 mil pontos.

Ultrapassou e reabriu a janela de IPOs para algumas empresas grandes. Talvez já no primeiro semestre de 2026 a gente tenha algumas operações. Os fundos de investimento no mundo estão interessados em colocar dinheiro fora de tecnologia e dos EUA.

O grande desafio é enfrentar o desequilíbrio nas contas públicas, que será determinante para o Brasil garantir a continuidade da expansão em 2027.

- É o grande calcanhar de Aquiles - alerta Marcus Pestana, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI). - O Brasil tem uma trajetória ascendente de dívida bruta em todo o setor público. O filme é de deterioração. Para estancar o crescimento da dívida estimamos que é preciso produzir um superávit de mais de 2% do **PIB**.

Para Pestana, o fato de o governo mirar não o centro da meta fiscal, mas o limite inferior da margem de tolerância, fragilizou o arcabouço fiscal. A dívida está em uma trajetória insustentável, concorda Mansueto.

- Vamos terminar este governo com crescimento médio do **PIB** de 2,5%, 2,6%. E a dívida vai crescer pelo menos 10 pontos percentuais do **PIB**. Vai terminar, calculamos, em 82% do **PIB** - disse, dizendo que, no ambiente atual, "é impossível o Brasil recuperar o grau de investimento".

A crise piora as expectativas. Para Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, ela trará uma melhoria ilusória das contas, pois aumentará a receita com royalties. Vai ajudar a fechar as contas primárias de 2026. Por outro lado, haverá impacto na **inflação** no exterior, o que pode levar o Fed (o banco central dos EUA) a desacelerar a queda de juros:

- O ganho de receita com rendas de petróleo será mais que compensado por despesas mais altas com juros - diz, destacando que pode haver, também, desvalorização do real, com impacto sobre a **inflação**.
- Em cenário extremo, de petróleo permanecendo acima de US\$ 100 por muito tempo, o estrago é grande.

Ainda assim, o ano havia começado com avanços em reformas há muito esperadas. É o caso da implantação, ainda em fase de testes, da **reforma tributária**, que levou décadas de discussão. Apesar disso, os efeitos ainda vão demorar.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/03/10/guerra-e-disparada-do-petroleo-desafiam-previsoes-para-a-economia-brasileira.ghtml>

Juros altos travam investimentos no Brasil, dizem CEOs

Lideranças de grandes companhias que participaram do Rumos 2026, evento realizado pelo Valor Econômico, em São Paulo, afirmaram que as reformas em curso, a queda dos juros e o aumento da competitividade são centrais para impulsionar os negócios no Brasil. Uma das barreiras, porém, seria o complexo mercado de trabalho, com baixa disponibilidade de mão de obra e entraves que têm levado setores importantes da economia a perder profissionais para o trabalho informal em plataformas digitais.

Para o CEO do Magazine Luiza, Frederico Trajano, o ambiente de negócios ainda impõe obstáculos ao financiamento a varejistas, o que limita decisões de investimento e expansão:

- Mas avanços microeconômicos podem melhorar o acesso a crédito e reduzir riscos no varejo - afirmou. - É necessária uma agenda de reformas estruturais para destravar o ambiente de negócios.

O CEO do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, afirmou que a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve trazer o primeiro corte de juros após um longo período com a taxa básica em patamares elevados. Segundo ele, seria importante reduzir o custo de capital.

- Precisamos discutir alavancas para uma queda estrutural da taxa de juros - disse, em debate com mediação de Mônica Scaramuzzo, editora do Núcleo de Empresas do Valor, e Maria Luiza Filgueiras, editora do Pipeline.

Ele afirmou que é preciso instituições fortes, o que ajuda a reduzir o prêmio de risco e ampliar a segurança jurídica.

- O tema fiscal é o tema da hora. O próprio secretário (do Tesouro, Rogério) Ceron, reconheceu que tem espaço para avançar. O arcabouço fiscal é lento (em melhora na dívida pública). O Brasil precisa fazer uma reforma orçamentária urgente, qualquer que seja o novo presidente.

Já o CEO do Assaí Atacadista, Belmiro Gomes, citou o trabalho CLT no Brasil como trava ao setor produtivo. Para ele, uma modernização do regime formal seria um tema mais importante a ser debatido do que o fim

da escala de trabalho 6x1.

- (O regime CLT) é muito para quem paga e pouco para quem recebe. Temos um paradoxo. De um lado, temos a pressão para reduzir a carga horária. Mas parte do crescimento do trabalho nos últimos anos foi de pessoas que estão trabalhando 12 horas por dia em plataformas e que preferem trabalhar mais para ganhar mais - disse, sobre o aumento de trabalhadores em apps como iFood, 99 e Uber.

Segundo ele, o debate deve buscar uma forma de o trabalhador ser mais remunerado:

- Na medida em que se compete com as plataformas digitais, foi criado um problema de (falta de) mão de obra.

O CEO da Gerdau, Gustavo Werneck, afirmou que a escassez de mão de obra qualificada é um dos principais entraves à expansão de setores como energia e construção civil. Mesmo num cenário de demanda, disse ele, as empresas enfrentam dificuldades.

- Muitas vezes não conseguimos aprovar investimentos que recuperem o capital - afirmou, ao comentar os desafios para ampliar a capacidade produtiva, frisando que a transformação digital e o uso de inteligência artificial se tornaram centrais para a competitividade das empresas.

Para o presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, além da **Reforma Tributária**, é preciso garantir um cenário macro forte e comércio internacional livre de burocracias para fortalecer o setor produtivo. Ele lembrou que as turbulências no cenário global têm sido constantes:

- Na Embraer, tratamos com objetividade e foco (o tema), com plano robusto para definir as medidas para mitigar as crises - disse.

Já a líder da Dow no Brasil, Mariana Orsini, pontuou que o país precisa seguir avançando em sua política industrial. Segundo ela, o Inflation Reduction Act, aprovado pelo governo de Joe Biden nos EUA, é um bom exemplo do qual o Brasil pode beber na fonte. Ela lembrou que a Dow fez um investimento grande numa unidade de polietileno no Canadá porque havia regras

claras, abundância de matérias-primas e incentivos.

- Benefícios fiscais são essenciais para avanços nos setores que o Brasil decidiu escolher - concluiu.

O evento teve patrocínio de BTG Pactual, Febraban, FenaSaúde, Gerdau e Philip Morris Brasil; e apoio de Assaí e Embraer.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/03/10/juros-altos-travam-investimentos-no-brasil-dizem-ceos.ghtml>

Petróleo puxa alta de etanol e açúcar, mas incertezas dominam a indústria

Camila Souza Ramos De São Paulo

Ontem, depois que o preço do barril do petróleo rompeu a barreira de US\$ 100, ganhou corpo entre agentes da indústria sucroenergética a leitura de que a Petrobras poderia reajustar o preço da gasolina, o que deu sustentação ao etanol no mercado interno e ao açúcar no front internacional. Porém, as perspectivas para esses mercados ainda são turvas dadas as declarações erráticas do presidente americano Donald Trump sobre o conflito no Oriente Médio, deflagrado após Estados Unidos e Israel lançarem ataques contra o Irã, há pouco mais de uma semana.

Por ora, analistas dizem que o choque decorrente do conflito pode impedir que os preços de etanol e açúcar caiam nos próximos meses. Esse movimento das cotações iria no sentido oposto das expectativas iniciais.

No mercado interno, os preços do etanol, que caíram em fevereiro sob a expectativa de antecipação da moagem de cana-de-açúcar, passaram a subir neste mês. O indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado vendido pelas usinas de São Paulo (sem impostos) subiu 3,13% na semana de 2 a 6 de março, em relação à anterior, para R\$ 2,9352 o litro.

O açúcar também reagiu ontem. Os contratos do demerara que vencem maio subiram 3,48% na bolsa de Nova York, a 14,59 centavos de dólar a libra-peso.

Para analistas, ainda é cedo para estimar o efeito no médio e longo prazos do conflito no Oriente Médio sobre os mercados de açúcar e etanol, uma vez que ainda não se sabe quando, e se, a Petrobras reajustará a gasolina. Se a estatal fizer alguma alteração, no mínimo isso deve impedir uma queda mais significativa do etanol nos próximos meses, como se esperava.

"Com o preço do petróleo a US\$ 100, se a Petrobras fizer o repasse integral, isso praticamente anularia toda a queda que prevíamos [para o preço do etanol na safra]", disse Cristian Quiles, analista da consultoria FG/A. Em suas projeções, se a Petrobras repassasse o US\$ 100 por barril ao mercado interno, o preço da gasolina A, às distribuidoras, subiria cerca de R\$ 1 o litro, e o efeito no preço médio do etanol hidratado da safra 2026/27 seria de uma alta de R\$ 0,50 o litro.

Para Quiles, a tendência é que o preço do etanol se ajuste de forma a manter uma correlação de 64% a 65% em relação à gasolina ao longo da próxima safra, devido à alta oferta esperada. A FG/A estima que as usinas de cana vão produzir 4 bilhões de litros a mais do que na safra 2025/26, e as de milho, 1,7 bilhão de litros a mais.

Segundo Rafael Borges, analista da StoneX, o preço do etanol começou a cair em fevereiro - na contramão do que ocorre nessa época, quando a oferta recua -, diante da expectativa de que as usinas antecipassem a moagem para aproveitar os preços do biocombustível, mais favoráveis que o açúcar. "Com o conflito, os preços voltaram a subir", disse.

Em fevereiro, os preços do etanol vendido pelas usinas de Ribeirão Preto saíram de R\$ 3,75 o litro para R\$ 3,45, segundo a StoneX. Já nos últimos dias, os preços voltaram a R\$ 3,60 o litro, refletindo a expectativa de impacto da guerra - embora as incertezas tenham reduzido o volume de negócios.

Para Borges, porém, a tendência para o etanol ainda é de queda na primeira metade da safra. "Mesmo que tenha reajuste [da Petrobras], a safra vai ter oferta recorde. Só de etanol de milho serão 2 bilhões de litros a mais", afirmou. Em sua análise atual, o preço do etanol terá que cair para assegurar competitividade suficiente em relação à gasolina nas bombas e demanda para todo o etanol que for produzido.

Já as cotações do açúcar só reagiram ontem, após mais de uma semana de conflito. Para o analista da StoneX, o preço do açúcar deve se guiar pelo tamanho da safra de cana de 2026/27 no CentroSul e pelo mix - que, a princípio, deve ser menos açucareiro. "Se o etanol remunerar mais, o mix tende a ser menos açucareiro", disse.

Mas os analistas ponderam que se trata ainda de um cenário muito volátil. Ontem, no fim da tarde, Trump declarou que a guerra estaria "praticamente concluída", o que provocou uma reviravolta nos mercados. Os futuros do petróleo, que bateram os US\$ 120 o barril no meio do pregão, caíram abaixo dos US\$ 100 o barril no fim do dia.

"Não é uma volatilidade qualquer", afirmou Tarcilo

Rodrigues, sócio da Bioagência. Para ele, ainda que o cenário mude, "difícilmente" os preços do petróleo voltarão para onde estavam devido ao "prêmio de risco" - há um mês, o Brent estava em US\$ 70 o barril.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Segurança pública pressiona agenda política

Lilian Caramel Para o Valor, de São Paulo

A falta de segurança pública, preocupação central da sociedade e tema que pode influenciar as eleições, está em debate no Congresso. Aprovada por ampla maioria na Câmara, a proposta de emenda constitucional no 18, de 2025, que modifica e atualiza políticas da área, seguiu para o Senado na semana passada. O anteprojeto, enviado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, sofreu alterações ao longo do trâmite pela casa.

O substitutivo aprovado mantém a autonomia dos Estados no controle do trabalho policial, estabelece penas mais duras para crimes violentos contra mulheres, crianças e adolescentes e líderes de facções, além de ampliar direitos das vítimas e abrir espaço para transformar guardas municipais em polícias locais, de natureza comunitária. Criminosos graves também perdem o direito à progressão do regime penal.

"Vamos ter que ver como ela vai andar no Senado. Acontece que a proposta não vai reverter o desconforto da opinião pública no curto prazo. A implementação das medidas vai levar tempo para gerar efeito. Mas a tentativa de integração entre os entes federados, que não existe hoje, é uma iniciativa muito importante para o país. Os órgãos precisam se comunicar mais", diz Cristiano Noronha, sócio da consultoria Arko Advice.

Para o analista, o modelo sugerido de financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário, com distribuição dos recursos entre Estados e municípios para investimentos em policiamento, inteligência e sistema prisional, é outra medida relevante. "Só temos que monitorar se a aplicação dos recursos será inteligente", pondera. Pelo substitutivo aprovado, os fundos passam a receber, gradualmente, 30% dos **impostos** arrecadados com as bets.

Na visão do deputado Capitão Alden, vice-presidente da comissão de segurança pública e combate ao crime organizado da Câmara, a nova PEC deve fortalecer o enfrentamento da criminalidade, mas falta, ainda, integrar as Forças Armadas às demais corporações para atuação em regiões de fronteira. "O Brasil tem vastas áreas fronteiriças abertas, como na Amazônia, por exemplo, por onde entram drogas e armas, sem nenhum tipo de fiscalização. As forças militares brasileiras precisam estar nesse projeto de emenda. E,

claro, de forma integrada às polícias dos Estados", frisa.

O parlamentar diz que outra tarefa urgente é tirar do papel as leis orgânicas das polícias civil e militar. "Levamos mais de 20 anos discutindo estas leis nacionais. Elas são o que dá respaldo para aumentar efetivos, formar batalhões, traçar planos de carreira e abrir concursos. Não dá para pensar em fortalecer a segurança pública sem valorizar quem opera na ponta."

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontam que, nacionalmente, há um contingente previsto em lei de, ao menos, 152 mil policiais civis. Porém, segundo instituições da área, 95 mil deles estavam na ativa em 2023. Entre 24 Estados, nada menos que 16 apresentavam ocupação das vagas abaixo da média do país, com a Paraíba e o Rio Grande do Norte em situação crítica.

Para Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum, o que está em jogo no âmbito da segurança é o medo generalizado. Ele acrescenta que a violência doméstica, crimes sexuais e de gênero aumentaram nos últimos anos, além da epidemia de golpes pela internet. "A transformação digital facilitou os ilícitos digitais e o lucro cresceu muito, com o crime organizado dominando estes ambientes também. Há centrais que operam milhares de celulares ao mesmo tempo, praticando estelionato. E o Estado não tem a mínima noção de como lidar com esta realidade criminosa muito mais veloz,"

Lima observa o crime no país é essencialmente dominado por facções, que expandem presença sobre territórios. De acordo com mapa da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senapen), existem 88 delas atuantes em todas as regiões, a maioria no Nordeste, onde a Bahia lidera em número de grupos. As duas organizações mais conhecidas, o PCC, de São Paulo, e o CV, do Rio de Janeiro, ultrapassaram as fronteiras e operam em outros continentes. Hoje, o crime brasileiro é definido, pelos estudiosos do tema, como transnacional, empresarial e estratégico.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agro tem 1.990 pedidos de recuperação judicial em 2025, nível recorde

A crise financeira do agronegócio, que respinga sobre os bancos, resultou em 1.990 pedidos de recuperação judicial no ano passado, salto de 56,4% ante 2024, segundo dados da Serasa Experian. O número de pedidos foi o maior desde que a consultoria de dados começou a monitorar o setor, em 2021. E, por causa da perspectiva de juros mais altos na esteira da guerra dos EUA e de Israel contra o Irã, o quadro poderá piorar ainda mais.

Na avaliação da Serasa Experian, o cenário de 2025, com juros nas alturas e margens apertadas por cotações em baixa, apesar da expectativa de mais uma safra recorde, continuou a pressionar a saúde financeira dos produtores, especialmente daqueles excessivamente endividados.

Em nota, o head de Agro-negócio da Serasa Experian, Marcelo Pimenta, disse que

"o ambiente de crédito mais restritivo, combinado à manutenção de custos elevados de produção e a uma alavancagem elevada, continuou impactando o fluxo de caixa das operações rurais".

EFEITOS DAGUERRA

O quadro poderá piorar com a escalada bélica no Oriente Médio, por causa dos juros e do custo dos insumos. Em primeiro lugar, o ciclo de queda da taxa básica (a Selic, hoje em 15% ao ano), sinalizado pelo Banco Central (BC) para começar este mês, já não afetaria o Plano Safra 2026-2027, que é a política de crédito subsidiado para a produção agrícola.

-Ainda que caia para 12% (a taxa básica de juros, Selic, hoje em 15% ao ano) no fim do ano, temos que lembrar que o Plano Safra, aquele que o produtor pega, é fechado em junho e julho -disse Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional da

Agricultura (CNA).

Em outra frente, os países do Oriente Médio são importantes fornecedores dos fertilizantes importados pelo Brasil. Em conjunto, essas nações venderam para o país, no ano passado, US\$ 1,067 bilhão em ureia, insumo importante para os fertilizantes, 35% do total que o país importou do produto. Também vieram da

região, em 2025, US\$ 398 milhões em cloretos de potássio, 10% do total importado.

A Abiquim, associação da indústria química, traçou cenários sobre possíveis desdobramentos da guerra -e se o barril de petróleo se estabilizar em US\$ 100, haverá impacto elevado sobre preços de fertilizantes, com pressão sobre a inflação.

Isso tenderá a agravar uma situação financeira já difícil. O Brasil colheu uma quantidade recorde de grãos ano passado, e a agropecuária saltou 11,7% no Produto Interno Bruto (PIB, valor dos bens e serviços

produzidos na economia) de 2025, mas nem isso nem a perspectiva de mais uma supersafra este ano bastam para evitar a crise financeira.

Cotações de grãos em queda e insumos e juros em alta, mesmo com os subsídios do governo, vem comprimindo as margens de lucro dos produtores desde a safra 2023/ 2024, levando a desequilíbrios financeiros que se acumulam como bola de neve.

As estimativas para a produção de grãos na safra que será colhida este ano seguem apontando para mais um recorde em quantidade, mas o agravamento do quadro por causa da guerra no Oriente Médio deverá suplantar a notícia positiva, completou Conchon, da CNA.

O monitoramento da Serasa Experian considera pedi-

dos de recuperação judicial de produtores pessoas físicas e de empresas agrícolas.

Os produtores rurais pessoas físicas registraram 853 pedidos de recuperação judicial durante o ano, aumento de 50,7% ante 2024. Já as empresas rurais registraram 753 pedidos de recuperação judicial em 2025, salto de 84,1% na comparação anual.

BANCOS AFETADOS

As empresas com atuação relacionada ao agronegócio, como lojas de insumos, registraram 384 pedidos, aumento de 29,3% na comparação com 2024.

Desde o ano passado, a crise financeira do

agronegócio tem atingido em cheio os balanços dos bancos públicos que mais emprestam aos pequenos produtores, como

Banco do Brasil (BB) e Caixa.

Na semana passada, a Caixa informou que os créditos do agronegócio considerados problemáticos na carteira de crédito da Caixa triplicaram em um ano, de R\$ 4 bilhões para R\$ 12 bilhões, levando o banco público a aumentar as provisões para créditos duvidosos. Com isso, o lucro líquido recorrente do banco tombou 39,6% no quarto trimestre ante igual período de 2024, para R\$ 2,8 bilhões.

No caso do BB, a presidente da instituição, Tarciana Medeiros, atribuiu a forte queda do lucro em 2025 ao aumento expressivo da inadimplência no agronegócio, que ficou 500% acima da média histórica. Ano passado, o BB lucrou R\$ 20,7 bilhões, tombo de 45,4% frente a 2024 e o menor número desde 2020.

Site: <https://print.iclipping.com.br/media/2026-03-10/3727/1/edition.pdf>

Inadimplência recorde indica quadro desafiador

Lilian Caramel Para o Valor, de São Paulo

No nível mais alto desde meados de 2022, o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras atinge índices preocupantes. A dor de cabeça de muitos consumidores deve prolongar-se ao longo de 2026, freando o ritmo da atividade econômica e os investimentos. O último dado do Banco Central, de fevereiro, apontou 49% de endividamento das famílias, mostrando que quase metade da renda que acumularam em 12 meses já está comprometida por dívidas.

Entre moradores das capitais, a pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), usada como termômetro da capacidade de pagamento, alertou que 79% dos entrevistados têm alguma dívida na família, contra 76% apurado em janeiro de 2025. Foi o maior endividamento registrado na série histórica. O levantamento revelou ainda que o percentual de pessoas que se consideram "muito endividadas" também aumentou.

O quadro deve seguir desafiador no curto prazo. "Vislumbramos uma desaceleração no mercado de trabalho, então, o patamar de endividamento será ruim em 2026. Os efeitos dos cortes de juros de março só serão sentidos no final do ano ou em 2027. Do ponto de vista da oferta do crédito bancário, no entanto, a situação está em linha

com o ciclo monetário, de forçar a desaceleração para colher uma **inflação** mais baixa", conta Rafael Cardoso, economistachefe do Banco Daycoval, que projeta um IPCA anual de 3,8%.

Para ele, os juros altos são o maior problema. O Brasil está entre os países com os maiores juros - real e nominal - do mundo, o que traz sérias dificuldades para pessoas e empresas. A grande parcela de endividados preocupa a FecomercioSP. De acordo com a última Pesquisa do Endividamento e da Inadimplência (PEIC) da entidade, mais de 3 milhões de famílias estavam endividadas na cidade de São Paulo em janeiro.

"Nosso risco é o consumidor não entrar na loja porque não tem crédito. Boa parte das vendas é parcelada na modalidade", diz Fábio Pina, assessor da federação. O

cartão de crédito permanece, de longe, o tipo de compromisso mais comum. Em seguida, vem o financiamento imobiliário e os carnês. Pina acrescenta, no entanto, que não vê o problema como grave. "Não se trata de um superendividamento. O comprometimento da renda, na casa dos 30%, ainda é sustentável", pondera.

Na visão do economista, o governo deve focar no ajuste fiscal. "O Brasil não pode se furtar a fazer ajustes críveis, que devem ser estruturados de passo em passo. Pode chegar o momento em que nem a Selic alta vai segurar a **inflação**. Sem os cortes, o risco de aumento na inadimplência é alto no futuro", calcula. Ele estima que o ano deve transcorrer sem fortes contrações na oferta do crédito ou desemprego generalizado, mas também sem picos no consumo.

O número elevado de brasileiros pressionados por juros que podem ultrapassar 400% ao ano, como no cartão rotativo, vem aumentando a procura pelo Procon na Bahia. O órgão faz mutirões anuais de negociação de dívidas pelo Estado com a participação de entidades parceiras, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Em 2025, 43% das 80 mil reclamações registradas envolviam assuntos financeiros.

"O problema cresceu com a oferta agressiva de crédito que vimos ultimamente. Acabou que a situação saiu do controle e a inadimplência subiu. O cidadão chega sem dinheiro para pagar todas as faturas e, no balcão, fica em dúvida sobre qual delas pagar", comenta Adriana Menezes, diretora de atendimento do órgão público. "A gente tenta orientar. Os mutirões atendem milhares e ajudam a resolver problemas, mas educação financeira é fundamental", opina.

Já o Procon do Rio de Janeiro oferece apoio em situação de superendividamento, além de promover mutirões. Neste caso, o reclamante é encaminhado ao Núcleo de Prevenção e Tratamento do Superendividamento, estrutura especializada na sede da autarquia, onde servidores realizam o diagnóstico da situação, prestam orientação e promovem audiência de conciliação com os credores ao mesmo tempo para criar um plano de quitação proporcional à capacidade do devedor.

O Secretário de Estado de Defesa do Consumidor,

Gutemberg Fonseca, alerta para o crescimento acelerado do endividamento de risco com as apostas em bets e jogos on-line, que vêm se intensificando desde 2023. Para ele, o fenômeno combina vulnerabilidade comportamental, fácil acesso ao crédito digital e falta de mecanismos de controle.

Em Pindamonhangaba (SP), a terapeuta integrativa Raquel Sá Teles aceitou a oferta de um banco digital e contratou crédito pelo celular. Ela usou o recurso para compras no supermercado e quitou despesas domésticas ao longo de oito meses. Hoje, ela não sabe como e quando será capaz de honrar o compromisso, que soma cerca de R\$ 5 mil. Mãe solteira, Teles não tem trabalho fixo e sua renda de autônoma não tem sido suficiente para cobrir os gastos da casa. "Tenho uma adolescente de 15 anos e um filho de nove. Não tenho como sair de casa para trabalhar e deixá-los sozinhos", lamenta. Sem clientes suficientes, ela reclama que o custo de vida caro e a renda baixa dificultam o equilíbrio das contas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercados apostam que BCs vão elevar juros em resposta a alta do petróleo

Sam Fleming, Ian Smith e Olaf Storbeck

Os investidores estão apostando que os bancos centrais poderão ser forçados a aumentar as taxas de juros em resposta à guerra no Irã, com o choque nos preços da energia provocando uma revisão drástica das expectativas anteriores de novos cortes.

A expectativa agora é a de que o Banco Central Europeu (BCE) eleve sua taxa básica uma ou duas vezes neste ano, já que a disparada dos preços do petróleo e do gás reacende as pressões inflacionárias, segundo dos níveis implícitos em contratos de swap. Um aumento dos juros pelo Banco da Inglaterra também passou a ser visto como possível até o fim do ano, uma reviravolta em relação aos cortes precificados antes do início do conflito.

Os investidores também começaram a reduzir as expectativas de novos cortes de juros pelo Federal Reserve dos Estados Unidos, o Fed, com apenas um ou dois cortes de 0,25 ponto percentual precificados nos mercados futuros, ante dois ou três previstos antes do conflito.

Essas apostas refletem a crença de que os formuladores de política monetária aprenderam duras lições com o surto inflacionário que se seguiu à invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, quando a maioria dos bancos centrais foi vista como lenta demais na reação à alta dos preços.

"Estamos vendo uma reprecificação global do risco", diz Frederik Ducrozet, chefe de pesquisa macroeconômica da Pictet Wealth Management. "Os mercados de bônus acordaram pela manhã com a possibilidade de o preço do petróleo subir não para US\$ 100 o barril, e sim para US\$ 150, ou mesmo US\$ 200."

As cartilhas tradicionais dos bancos centrais sugerem que eles podem manter a calma e "ignorar" grandes aumentos no preço do petróleo, apostando que custos mais altos acabarão por pesar sobre a demanda do consumidor e atenuar as implicações inflacionárias de longo prazo.

Mas as autoridades foram acu-

sadas de agir devagar demais após a alta dos preços

da energia em 2022, o que significa que provavelmente serão mais agressivas ao tentar conter pressões inflacionárias mais persistentes, segundo afirmam especialistas.

"Os bancos centrais estão assustados com a experiência dos últimos anos - olhando em retrospecto, eles gostariam de ter agido mais prontamente diante do aumento das expectativas de **inflação**", diz Michael Saunders, assessor econômico da consultoria Oxford Economics e ex-integrante do comitê que define os juros do Banco da Inglaterra.

"Presumo que eles aprenderam essa lição e, em vez de esperar que os efeitos de segunda ordem apareçam, como fizeram da última vez, vão presumir que esses efeitos surgirão e começar a apertar ou afrouxar menos do que fariam em outras circunstâncias."

Por enquanto, as autoridades do BCE estão alertando para as implicações inflacionárias de um conflito prolongado, mas não sugeriram que uma resposta imediata seja iminente.

Philip Lane, economista-chefe do BCE, disse na semana passada que uma guerra prolongada no Oriente Médio e uma queda persistente na oferta de petróleo e gás da região poderiam provocar um "salto substancial" e uma "forte queda da produção" na zona do euro.

Henry Allen, analista do Deutsche Bank, escreveu em uma nota a clientes ontem que "as autoridades não estão sinalizando uma mudança e ainda não houve qualquer ajuste de política".

Karsteb Junius, economista do J Safran, diz que as expectativas de alta dos juros estão "exageradas" no momento. Ele aponta que o BCE projeta atualmente seis trimestres de **inflação** abaixo da meta de 2% até o final do ano que vem, o que deixa alguma margem para aumentos mais rápidos dos preços.

Se a guerra no Oriente Médio resultar em um aumento de 15% nos preços do petróleo este ano, isso elevaria a **inflação** na zona do euro em 0,25 ponto percentual para 2,1% - nível que ainda estaria "totalmente em linha" com a meta de 2% do BCE no médio prazo,

segundo Junius.

Antes de EUA e Israel lançarem seus ataques contra o Irã, os investidores apostavam em mais dois cortes nas taxas de juros pelo Banco da Inglaterra neste ano, com outro movimento de redução já precificado para a reunião da semana que vem.

Os mercados agora veem cerca de 30% de chance de o Banco da Inglaterra elevar suas taxas neste ano a partir do nível atual de 3,75%.

A oscilação nos mercados de swaps derrubou o valor dos títulos soberanos de curto prazo, com os rendimentos dos gilts de dois anos subindo mais de meio ponto porcentual desde o início do conflito, para cerca de 4,1%.

Alguns investidores acreditam que o banco central britânico relutará em elevar as taxas de juros durante um choque energético que prejudica o crescimento e eleva os preços. O mercado de trabalho do Reino Unido já está enfraquecendo e a economia mal cresceu no fim do ano passado.

"A economia [do Reino Unido] pode acabar entrando em uma breve recessão", diz Tomasz Wieladek, extrategista-chefe de macroeconomia europeia da T Rowe Price. "O Banco da Inglaterra está ciente disso e, portanto, provavelmente manterá os juros inalterados em vez de elevá-los neste momento."

Mas, em 3%, a **inflação** no Reino Unido permanece bem acima da meta do Banco da Inglaterra, de 2%. Embora as expectativas de **inflação** das famílias tenham diminuído, o público esperava que os preços ao consumidor subissem 3,3% no próximo ano, antes mesmo da guerra na Irã, segundo uma pesquisa mensal da YouGov para o Citigroup.

O Banco da Inglaterra foi duramente criticado pela demora com que reagiu ao surto inflacionário iniciado em 2021, estimulado inicialmente pelos efeitos posteriores da pandemia e depois pela alta dos preços das commodities, à medida que a guerra na Ucrânia interrompeu o abastecimento. A avaliação de que isso seria "transitório" acabou se mostrando equivocada, já que a **inflação** chegou a ultrapassar 11% no outono de 2022.

O Banco da Inglaterra vem reformulando suas previsões e sua comunicação, em parte orientado por um relatório contundente do ex-presidente do Fed Ben Bernanke, publicado em 2024, passando a dar mais ênfase à forma como poderia reagir a possíveis "cenários", e menos à sua projeção central.

As repercussões do conflito no Oriente Médio já estão

afetando um número crescente de bancos centrais. Há apenas alguns meses, operadores apostavam que o Banco Nacional da Suíça, cuja taxa básica está em zero, poderia reduzi-la abaixo de zero para lidar com a valorização de sua moeda.

Agora, porém, espera-se uma ou duas altas de 0,25 ponto percentual ainda neste ano. Essa mudança nas expectativas fez os rendimentos dos títulos suíços de dois anos voltarem ao território positivo.

O Banco do Canadá, que era visto como mais propenso a cortar os juros antes do início do conflito no Oriente Médio, também deve realizar uma ou duas altas de 0,25 ponto percentual até o fim do ano, segundo indicam os contratos de swap.

Ducrozet, da Pictet, observa que "a principal variável a se observar" para o BCE serão as expectativas de **inflação**, citando um discurso na sexta-feira da integrante do conselho Isabel Schnabel, no qual ela enfatizou que "os bancos centrais devem se concentrar em ancorar as expectativas, em vez de tentar ajustar com precisão a atividade econômica".

"Acredito, e espero, que o BCE simplesmente não faça nada", diz Ducrozet. No entanto, ele acrescenta que "nada pode ser descartado a esta altura", já que o BCE ainda sofre um "trauma significativo com o choque inflacionário anterior".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ajuste deve se concentrar no controle de gastos

Anaís Fernandes e Marcelo Osakabe

O Brasil tem um encontro marcado com o ajuste fiscal em 2027, o que, apesar de necessário, não será simples, reconhecem economistas que participaram do evento Rumos 2026. O ajuste, dizem, precisa se concentrar no controle de gastos e pode ajudar o país a navegar com juros mais baixos e câmbio mais apreciado e até a enfrentar os desafios econômicos e sociais que a avalanche da Inteligência Artificial (IA) pode trazer.

O ajuste fiscal de que o Brasil precisa não é fácil pelo tamanho e ritmo necessários, disse Solange Srouf, diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management. "Discordo de que o ajuste fiscal vai ser fácil, que pode ser gradual e que seria de 2% ou 2,5% do **PIB**", afirmou. Esses seriam, segundo ela, números que circulam no mercado para o superávit necessário para estabilizar a relação dívida bruta/**PIB** do país.

"Eu acho que é 4%, 4,5%", disse Srouf. Ela apontou que, a partir de projeções do Focus, pesquisa do Banco Central com agentes financeiros, e considerando um juro real de 6% (menor do que o atual), o ajuste necessário já seria de 3% a 3,5% do **PIB** para estabilizar a dívida em 80% do **PIB**. "Só que temos déficit estrutural de 1% do **PIB**", acrescentou, em painel mediado pelo editor-executivo do Valor Sergio Lamucci.

Sobre o ritmo, Srouf disse que "ninguém é louco" de fazer um ajuste de 4,5% do **PIB** em um ano, "até porque politicamente não vai conseguir", afirmou. Apesar disso, Srouf também disse que o ajuste não pode ser gradual.

Ela reconheceu, porém, que não é fácil fazer o ajuste do tamanho necessário no Brasil de hoje também por causa do ambiente político e pelo controle que o Congresso tem do Orçamento. "Vai precisar ter uma conversa forte no meio político sobre emendas, discricionariedade do gasto", afirmou.

Segundo Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander, há várias formas de se pensar o ajuste, mas uma coisa é certa: ele passa pelas despesas. "Precisamos conter a trajetória do crescimento do gasto público, ele precisa estar, pelo menos, abaixo da

nossa trajetória de crescimento", afirmou a

ex-secretária do Tesouro Nacional e ex-secretária-executiva do Ministério da Fazenda no governo de Michel **Temer**.

Mais do que a forma do ajuste, no entanto, é exatamente a capacidade de construção de consenso institucional e na sociedade para alcançá-lo que preocupa Vescovi. Para ela, existe uma institucionalidade que atua contra os cortes de despesa. Mas o ajuste, disse, precisará passar por temas polêmicos, a exemplo da revisão de programas sociais e de políticas do trabalho, como acesso ao seguro-desemprego e FGTS. "Se não for feito por bem, engajando as instituições, esse

Ana Paula Vescovi

ajuste virá pela **inflação**."

Assim, apontou, é preciso construir consensos entre lideranças públicas e privadas para o ajuste, incluindo o entendimento judicial, já que várias despesas importantes são decididas no Judiciário. "A própria judicialização do Brasil é tema que mais tem me preocupado hoje em dia", afirmou.

Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, disse não esperar que a discussão fiscal domine as campanhas eleitorais à Presidência neste ano. Até por isso, para ele, o que não pode faltar é que, no dia seguinte à eleição, o próximo ministro da Fazenda diga

quais são seus planos fiscais e se engaje neles. Para Honorato, não vai dar para "replicar a promessa" do teto de gastos. "Tem de ser algo um pouco mais intenso", afirmou.

Se o próximo governo sinalizar, em 2027, um ajuste mais forte, o juro real vai ter de cair, disse, e o primário necessário para equacionar as contas também pode ser menor, ao redor de 2% do **PIB**. Por outro lado, apontou, o custo político de não se fazer o ajuste fiscal em 2027 é muito grande. "Não fazer custa caro e vai custar crescentemente mais, dado o número da dívida", afirmou.

Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica

Investimentos, concorda que é preciso atacar os desafios fiscais pelo controle de despesas. "O arcabouço fiscal não foi bem sucedido em termos de entregar trajetória de dívida decrescente, mas também nunca se propôs a isso. Então, é preciso endereçar o tema pelo gasto", disse.

Ela ponderou ainda que o Brasil poderá enfrentar o debate fiscal em 2027 com um quadro social "muito menos complexo" do que em outros momentos do passado, já que inflação e desemprego estão baixos, e com um Banco Central legalmente independente.

Para além do fim fiscal em si, Sroul disse que o real poderia ter se valorizado mais do que o observado recentemente - até antes da guerra no Irã - se o país tivesse uma agenda fiscal crível encaminhada, dependendo menos de fluxos de capital de curto prazo e especulativos e mais de investimentos para a economia real.

Além disso, ela apontou que discussões sobre IA e seus impactos no mercado de trabalho vão moldar o futuro do Brasil, mas não estão sendo colocadas, apesar de dominarem debates no exterior. "Se perdermos um ano sem discutir isso, vamos perder décadas."

Até por isso, disse, o ajuste fiscal é importante, já que, hoje, o Brasil não tem espaço fiscal nem para criar programas de renda mínima, como alguns grupos defendem, nem para investir na qualificação dos trabalhadores.

O Brasil poderia ser um grande beneficiado desse mundo da IA também se conseguisse regulamentar e criar ambiente jurídico para explorar o que já tem de vantagem, como energia, fundamental para rodar esses sistemas, destacou Sroul.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ceron defende agenda contra gastos obrigatórios para estabilizar dívida

Marcelo Osakabe e Anaïs Fernandes^{f07}

Os desafios seguem, mas o Brasil vive hoje uma conjuntura mais propícia para acelerar o ajuste fiscal e construir superávits primários maiores, que tornam possível a estabilização da relação dívida/**PIB**. A avaliação é do secretário do Tesouro, Rogério Ceron. Em sua visão, essa discussão passa pelo enfrentamento das despesas públicas e inclui a necessidade de rever a Previdência, cujo peso no **PIB** triplicou em dez anos, para 3%.

Na abertura do evento "Rumos 2026", Ceron rebateu as críticas à forma gradualista com que a gestão petista pensa a consolidação fiscal. "As pessoas muitas vezes olham só para frente, pensam naquilo que é ideal. Mas olhando para trás, para os últimos dez, vinte anos, quanto do que se imaginou [como ideal] conseguiu ser implantado de fato?", questionou, em conversa com os jornalistas Fernando Exman, chefe da redação do Valor em Brasília, e a repórter especial Lu Aiko Otta.

Ele deu como exemplo o arcabouço fiscal, acusado de ter muitas exceções, que acabam minando a efetividade da regra. "Tem muitas exceções, é fato, mas toda vez que se criou alguma regra do tipo, acabou-se aprovando exceções. É muito difícil [fugir disso], dentro nossa institucionalidade. O importante é não retroceder."

Para o secretário, hoje "está mais fácil de calibrar" o arcabouço na direção necessária. "O país está mais bem equilibrado socialmente e do ponto de vista econômico. Não precisa de uma nova PEC da transição. O desemprego está baixo, a **inflação** controlada e o crescimento, embora possa não ser aquilo que desejamos, é maior do que em muitos anos anteriores", ressaltou. "Não precisa incrementar o gasto social. Pelo contrário, tem gente saindo do Bolsa Família. Então, a gente não tem nenhuma demanda muito premente."

Ceron, que é cotado para assumir a secretaria-executiva da Fazenda com a saída do ministro Fernando Haddad para disputar as eleições, não detalhou como será feita essa calibragem. Mas salientou que o principal desafio, para 2027, é uma agenda "forte" de redução das despesas obrigatórias.

"Basta mexer em alguns parâmetros do arcabouço, por exemplo, o limite de 2,5% [de crescimento real do gasto obrigatório]. Se ele for alterado, tem efeito a médio prazo muito relevante. Mexe em indicadores como o salário mínimo, que corrige uma das principais despesas da União, que é a previdenciária", comentou. Outro ajuste a partir de 2027 é na rede de proteção social. Em entrevistas, Haddad tem externado que uma janela se abre para a fusão de iniciativas, na direção de um programa de renda mínima.

"Alguns programas estão sobrepostos, ou têm muita fraude, beneficiários inelegíveis. É preciso organizar para evitar casos como o do BPC, que ainda não é uma despesa muito relevante - 1% do **PIB** -, mas não pode continuar crescendo dois dígitos", explicou. "Não sei se vai reduzir [o gasto social], mas pelo menos para evitar que ele tenha crescimento que é incompatível com trajetória fiscal". A conjuntura econômica mais favorável, acrescentou ele, permite fazer esse debate sem pressão.

Como secretário do Tesouro, Ceron também disse que é preciso enfrentar "de forma mais serena" o juro de longo prazo. E, nesse sentido, "não dá para fugir" de rediscutir o sistema previdenciário, "assim como países têm grandes sistemas de pensão, grandes estruturas que capitalizam regimes de previdência e permitem, de fato, que tenham taxas de juros extremamente baixas em relação à nossa região. Não dá para fugir disso. Se olhar o envelhecimento da nossa população, nosso modelo de previdência, vamos ficar tendo que ajustar meio ponto, para daqui a pouco ter que ajustar mais meio, sempre com pressão do juros de longo prazo muito grande."

Em meio ao conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã, Ceron avaliou que - caso não chegue a cenário extremos - a conjuntura pode até acabar beneficiando o Brasil. Para o secretário do Tesouro, o país segue sendo um "porto seguro" para fluxos de investimentos internacionais, inclusive porque é uma região fora de zonas de conflitos.

Além disso, observou ele, a alta do petróleo pode ter impacto positivo sobre as contas públicas, já que o país é exportador líquido do óleo e se beneficia não só de maior pagamento de royalties e dividendos da Petrobras, que tem a União como uma das

beneficiárias, mas da receita de leilões de participação em campos. Este ano, a Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê arrecadar R\$ 30 bilhões com esses leilões, montante que pode crescer caso o preço do barril se mantenha acima do imaginado até o fim do ano passado, quando a commodity operava mais perto de US\$ 60.

Como mostrou o Valor, a estabilização do petróleo perto de US\$ 80 o barril e do câmbio entre R\$ 5,20 e R\$ 5,30 pode significar, sozinha, uma redução de 0,2 a 0,3 ponto porcentual do déficit primário como proporção do **PIB** neste ano, estimam BTG Pactual e Bradesco. Já o impacto sobre a **inflação** deve ser gerenciável, disse o secretário, lembrando que a apreciação recente do real protege o país contra algum choque imediato. "Claro, estou falando de um cenário de incerteza controlável. Se a cotação ultrapassar US\$ 100, no entanto, a perspectiva é mais preocupante."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Envelhecimento da população requer planejamento intersetorial

Vitória Nascimento e Leonardo Godim

A mudança no perfil etário da população brasileira deixou de ser uma previsão estatística para se tornar o maior desafio socioeconômico enfrentado por governos e famílias hoje. No evento "Rumos 2026", especialistas debateram como o aumento da longevidade exige uma reestruturação profunda do mercado de trabalho, da gestão de saúde suplementar e das políticas de assistência.

O sociólogo e demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, diretor da consultoria Decifra, destacou que o Brasil vive uma conquista em termos de direitos humanos: a expectativa de vida triplicou em um século, de 25 para mais de 75 anos. No entanto, o país corre o risco de ficar preso na "armadilha da renda média" por ter aproveitado apenas parcialmente o seu bônus demográfico. Com o fechamento dessa janela de oportunidade, Alves defende que a solução reside na inclusão produtiva da população acima de 50 anos e no fomento à "economia prateada".

"O modelo em que a criança estuda, o adulto trabalha e o idoso não faz nada não tem mais solução", afirmou o sociólogo. Para ele, é vital combater o etarismo e promover a diversidade etária nas empresas para garantir a sustentabilidade econômica.

No setor de saúde, a longevidade é celebrada como uma conquista tecnológica, mas impõe pressões severas sobre os custos e a operação. Bruno Sobral, diretorexecutivo da FenaSaúde, alertou para a escassez de profissionais especializados, como geriatras e enfermeiros treinados, e para a falta de integração no atendimento.

Segundo Sobral, o sistema atual muitas vezes deixa o idoso "perdido" entre especialistas, sem uma coordenação que garanta o tratamento certo no momento adequado. Ele também apontou que os reajustes de planos de saúde para a faixa dos 59 anos ou mais tentam equilibrar um sistema de subsídio cruzado que se torna cada vez mais difícil de sustentar à medida que a base de jovens diminui.

"Não se trata apenas de custo, mas de dar visibilidade ao problema e criar condições para que as pessoas enfrentem essa nova realidade com qualidade", disse, no debate conduzido pela editora-executiva do Valor

Catherine Vieira.

A questão de "quem cuidará dos idosos" foi o foco de Mônica Perracini, pesquisadora da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Ela observou que entre 76% e 80% do cuidado global com idosos é realizado por mulheres, muitas vezes de forma não remunerada,

o que gera uma injustiça social e afasta essa força de trabalho do mercado formal.

Perracini destacou a urgência de regulamentar o Plano Nacional de Cuidados e criar serviços de

apoio, como o "respite care" (cuidado de respiro), para que os cuidadores familiares possam preservar sua saúde mental. De acordo com a pesquisadora, estima-se que o trabalho de cuidado informal

movimenta cerca de US\$ 11 trilhões anualmente no mundo, o equivalente a 9% do **PIB** global.

O consenso entre os especialistas é que o envelhecimento populacional não deve ser encarado como um "apocalipse demográfico", mas como uma realidade que exige planejamento intersetorial imediato. Os painelistas enfatizaram que soluções que passam por educação, produtividade e urbanismo não se constroem da noite para o dia, e que o Brasil precisa trazer esse tema para o centro da agenda política antes que a janela de oportunidade se feche definitivamente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>